

A URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE NATAL E A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DO BAIRRO DAS ROCAS COMO ESPAÇO DA POBREZA E DO CRIME (1900-1940)

Giovanni Roberto Protásio Bentes Filho¹

RESUMO:

Esse artigo tem por objetivo analisar o processo de produção socioespacial do bairro das Rocas, em Natal, como espaço da pobreza e do crime, ao longo das primeiras décadas do século XX. A partir da análise de fontes como jornais locais, textos memorialísticos, fotografias e outros documentos, busca-se compreender como essa forma estereotipada de representar o bairro, característica da classe dirigente, contribuiu para a perpetuação de uma dinâmica que resultou em processos de segregação socioespacial que podem ser vistos até hoje. Por meio da análise de um conjunto de imagens e discursos que moldaram essa percepção, constata-se que uma representação negativa das Rocas acabou se sobrepondo às demais, de modo que, além de estar fisicamente à margem do rio e do mar, também esteve à margem dos projetos modernizadores e, num certo sentido, à margem da história.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade; Urbanização; Natal; bairro das Rocas.

THE URBANIZATION OF THE CITY OF NATAL AND THE SOCIO-SPATIAL PRODUCTION OF THE NEIGHBORHOOD OF ROCAS AS A SPACE OF POVERTY AND CRIME (1900-1940)

ABSTRACT:

This article aims to analyze the process of socio-spatial production of the Rocas neighborhood in Natal as a space of poverty and crime throughout the first decades of the 20th century. Based on the analysis of sources such as local newspapers, memorial texts, photographs and other documents, the article seeks to understand how this stereotypical way of representing the neighborhood, characteristic of the ruling class, contributed to the perpetuation of a dynamic that resulted in processes of socio-spatial segregation that can still be seen today. Through the analysis of a set

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-UFRN). Membro do grupo de pesquisa Os Espaços na Modernidade. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7176469527868882>. E-mail: giovannibentesfilho@gmail.com

of images and discourses that shaped this perception, it is clear that a negative representation of Rocas ended up overlapping the others, so that, in addition to being physically on the banks of the river and the sea, it was also on the margins of modernizing projects and, in a certain sense, on the margins of history.

KEYWORDS: City; Urbanization; Natal; Rocas neighborhood

Introdução

No período que compreende à boa parte da Primeira República (1900-1930), a cidade de Natal, capital o estado do Rio Grande do Norte, foi submetida a quatro planos urbanísticos – o plano de Cidade Nova (1901), o Plano Geral de Saneamento de Natal (1924), o Plano Geral de Sistematização (1929) e o Plano Geral de Obras (1939), cujas bases estavam assentadas nos princípios higienistas, oriundos do século XIX, bem como nos ideais de civilização, progresso e modernidade, e representavam, também, os interesses, os desejos, os sonhos e a visão de futuro das classes dirigentes locais. (ARRAIS et al., 2017).

Esses grupos buscavam garantir aquilo que chamavam de “aformoseamento” da cidade ou, mais precisamente, de partes dela, de modo que concentraram suas atenções nos locais que serviam como seus espaços de interação e de sociabilidades, onde estavam situados os cafés, os clubes, os teatros e os cinemas, localizados, geralmente, na zona central da cidade que se dividia entre os bairros da Ribeira, Cidade Alta e Cidade Nova. A ideia era transformar a capital norte-rio-grandense em um lugar no qual se pudesse visualizar as marcas e os efeitos do progresso em seu cotidiano, como acontecia – pelo menos era o que se acreditava – nos grandes centros urbanos brasileiros e do mundo ocidental.

Contudo, enquanto as áreas centrais da cidade eram favorecidas em termos de investimentos materiais, aquelas situadas na zona periférica receberam tratamento secundário quanto à distribuição desses recursos. Ou seja, os chamados plano e projetos urbanísticos não continham em si os princípios fundamentais do

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

urbanismo, visto que não consideravam a cidade como um todo. Nesses termos, o urbanismo brasileiro acabou se transformando em um simples instrumento de dominação social, fundamentado exclusivamente na técnica, com a finalidade de resolver os problemas decorrentes da própria disfunção urbana, sem dar ouvidos à própria cidade (PECHMAN, 2002, p. 17).

As classes dirigentes, nesse sentido, trabalharam para afastar de suas vistas os grupos populares, considerados por eles como não “civilizados”, e criaram, a partir das reformas urbanas, uma cidade mercadoria, para o consumo, “para inglês ver”, e não para o cidadão comum morar. Os espaços desses populares não foram considerados nos projetos de cidade das classes dirigentes, tornando-se, por muito tempo, espaços da marginalização, da pobreza, da informalidade e da não-vigência das normas (RIBEIRO, 2015, p. 58-60).

Essa forma de encarar as questões urbanas acabou legitimando ações e práticas de segregação nas cidades, tanto espacial quanto social, tornando-se uma marca do processo de urbanização brasileiro e do modelo de desenvolvimento econômico do período contemporâneo, nos quais podemos identificar duas situações bastante características: o progresso tecnológico e o bem-estar para algumas áreas e grupos sociais; e privação, pobreza e marginalização social para outros setores da população (MARTINS, 2002, p. 13). Tal modelo influenciou (e influencia), de modo bastante acentuado, o modo como as cidades, ou partes delas, foram representadas ao longo do tempo.

Dito isso, esse texto tem o objetivo de apresentar algumas análises e discussões sobre o processo de produção socioespacial de umas daquelas áreas periféricas de Natal: o bairro das Rocas. A partir desse lugar, ou melhor da forma como ele foi tratado nesse período de reformas, podemos identificar algumas fraturas e desequilíbrios presentes no processo de urbanização da capital norte-rio-grandense. Em minha tese de doutorado, intitulada *Entre o rio e o mar*,

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Rocas: de bairro sinônimo de inferno a bairro da tradição e da cultura popular (1900-1950), discuto de forma mais profunda esse aspecto, principalmente no primeiro capítulo (BENTES FILHO, 2023).

Para fins desse artigo, focarei nos discursos e nas representações produzidas pelas classes dirigentes sobre as Rocas nesse período. Parto da hipótese de que uma determinada maneira de conceber esse lugar – frequentemente classificado como espaço de pobreza, miséria, doença, crime e perigo; como local de moradia da classe trabalhadora, composta, em sua grande maioria, por pescadores, operários do porto e grupos socialmente excluídos, ou, mais precisamente, dos incluídos de maneira perversa, precária e marginal na sociedade (MARTINS, 1997, p. 26) – contribuiu para a produção e reprodução de uma dinâmica que resultou em processos de segregação socioespacial, que podem ser percebidos até hoje.

A representação de uma cidade está diretamente relacionada com a maneira pela qual a sociedade experiencia o espaço urbano e como ela interpreta a realidade à sua volta (LUTEI, 1996, p. 88). Nisso está pressuposto o caráter heterogêneo dessas representações urbanas, uma vez que a cidade se configura como um centro aglutinador de grupos sociais diversos, cujas percepções “não se hierarquizam, mas que se justapõem, compõem ou se contradizem, sem, por isso, serem uns mais verdadeiros ou importantes que os outros” (PESAVENTO, 1999, p. 9).

No entanto, o que geralmente ocorre no processo de construção da imagem pública da cidade é o contrário: são as representações dos grupos dirigentes que acabam predominando. Nesse processo, outras formas de representar o espaço citadino, geralmente as que foram produzidas pelos grupos populares, de baixa renda e/ou com pouca representatividade política, tendem a ser desconsideradas, ignoradas, marginalizadas e/ou silenciadas. Essa forma de exclusão, silenciamento ou apagamento na construção da imagem e da memória sobre a cidade perpetua e

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

aprofunda as desigualdades, os estigmas e os estereótipos negativos a certos lugares e grupos sociais, como o bairro das Rocas e seus moradores.

Nas páginas a seguir, veremos como essa dinâmica, e a construção imagético-discursiva sobre as Rocas, frequentemente associada à pobreza ao crime, além de suscitar uma série de questões importantes a serem debatidas em torno da noção do direito à cidade, acabou fazendo com que esse lugar, localizado fisicamente à margem do rio Potengi e do Atlântico, figurasse também à margem dos projetos modernizadores e, num certo sentido, à margem da história.

Rocas, espaço da pobreza e do crime: a produção discursiva como instrumento de segregação socioespacial

O bairro das Rocas está localizado bem próximo ao porto de Natal, ao rio Potengi e faz fronteira com os bairros da Ribeira e Santos Reis. Contudo, ao contrário de outras partes da cidade, esse lugar não nasceu bairro. A mudança de *status* ocorreu somente no ano de 1947, quando Silvio Piza Pedroza, então prefeito da cidade, aprovou o projeto que tratava especificamente da divisão da cidade em área urbana e suburbana, o decreto-lei nº. 251 (NATAL, 1947). Somente aí Rocas passou a fazer parte, oficialmente, do conjunto de bairros que formavam a cidade. Com a aprovação desse decreto, o território natalense passou de quatro para onze bairros oficiais, onde nove deles foram classificados como bairros urbanos – Ribeira, Cidade Alta, Alecrim, Petrópolis, Tirol, Santos Reis, Rocas, Lagoa Seca e Lagoa Nova – e os outros dois – Carrasco e Quintas – como suburbanos.

Até a década de 1920, o lugar denominado Rocas era compreendido como uma área limite da cidade, sendo classificado “arrabalde”, “subúrbio” ou como um “lugar pitoresco”, conforme a classificação elaborada por Amphilóquio Câmara, em 1923. A cidade, segundo esse intelectual, se dividia em Cidade Baixa, Cidade Alta e Cidade Nova, e mais “quatro pittorescos arrabaldes”, que eram “o prolongamento da área urbana”. Rocas, lugar “construído sobre dunas e habitado por operários e

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

pescadores”, nessa configuração, integrava a Cidade Baixa, que correspondia ao bairro da Ribeira, a parte mais comercial da cidade (CÂMARA, 1923, p. 33).

Não foi o caso de Amphiloquio Câmara, mas no decorrer do processo de produção socioespacial das Rocas, alguns observadores da cena urbana, jornalistas, memorialistas, intelectuais, que escreveram textos sobre Natal e falaram sobre as Rocas nesses anos, atribuíram a categoria bairro a esse lugar de forma errônea. Mesmo fazendo parte da área urbana de Natal, desde a primeira definição daquilo que era compreendido como a zona urbana da cidade – conforme a resolução n. 73, de 1903 –, Rocas foi tratada como um lugar situado fora dos limites citadinos.

Por conta disso, e por se tratar de uma área precária em termos de infraestrutura urbana e sanitária, ocupada por gente de baixa renda, como pescadores e trabalhadores do porto, esse lugar figurou nas representações de uma parcela da sociedade como espaço de pobreza e também do perigo, um reduto de criminosos e facínoras, principalmente nas primeiras décadas do século XX. Considero essas práticas discursivas como estratégias de classe – da classe dominante – voltadas para o controle do espaço urbano e da sociedade, visto que, ao enfatizar somente os aspectos negativos das Rocas, reforça-se a segregação, “processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço”, conforme destacou Flávio Villaça (VILLAÇA, 2001, p. 151).

Além disso, esse tipo de construção narrativa tem o poder de influenciar as ações – ou a inércia – dos poderes públicos no que diz respeito às políticas públicas em prol do desenvolvimento urbano e social dessas áreas. Evidentemente, essa maneira estereotipada, estigmatizada e negativa de representar e caracterizar as Rocas não era, de forma alguma, homogênea, embora esse tipo de representação tenha se sobreposto às demais, como veremos a seguir.

As memórias do escritor Lauro Pinto, por exemplo, publicizadas na década de 1970, podem ser interpretadas como uma prova da força desse modo de

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

conceber as Rocas. Em seu livro, *Natal que eu vi*, Lauro Pinto tratou de alguns aspectos do que ele chamou de “cidade de antigamente”. Sobre as Rocas, esse memorialista destacou-o como um lugar associado ao esquecimento, à marginalização, à sujeira, aos pobres da cidade, bem como ao local das práticas sociais ditas de má fama como os jogos de azar, o alcoolismo e a prostituição; um bairro “habitado quase que exclusivamente de pescadores, a gente mais pobre e abandonada de Natal”, onde “tudo ali cheirava a peixe e a miséria” (PINTO, 1971, p. 24). Ele não apenas “viu” a cidade de Natal, mas também sentiu seus cheiros, de forma que suas memórias vão além daquilo que foi percebido pelo sentido da visão, são também memórias olfativas. A miséria tinha cheiro, um mau cheiro na verdade, e, ao que parece, estava impregnado nas Rocas.

A miséria e a precariedade da infraestrutura urbana das Rocas dos anos de 1920 também foram pontos ressaltados por João Fernandes Café Filho. Em sua autobiografia, Café Filho declarou que essa área era constituída por casebres, “malocas”, que acomodavam várias famílias de trabalhadores do mar; era uma área próxima à zona portuária, onde a água alcançava as habitações e ensopava os terrenos, fazendo do lugar um lamaçal que fazia lembrar, sob esse aspecto, os mocambos do Recife ou as favelas do Rio de Janeiro, com seus tetos de palha e de folhas de flandres.

As pessoas foram comparadas a bichos por Café Filho, que desde a primeira infância “chafurdavam” na lama seus pequenos corpos inchados pelas verminoses; “as velhas, habituadas a espreitar o mar, tinham os cabelos rotos como os trapos que revestiam, sumariamente, os vultos encurvados – arcos da pobreza e do tempo – sob tecidos sujos, esgarçados, esfumados e insubstituídos” (Café Filho, 1966, p. 36).

Aquele mau cheiro exalado pela miséria caracterizava o ambiente como insalubre e não civilizado e imprimia nos lugares uma imagem muito forte de desordem e de periculosidade. Além disso, o “cheiro da miséria”, na expressão de

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Lauro Pinto, aponta para uma certa “impotência da modernização”, onde os benefícios do progresso – infraestrutura urbana e equipamentos urbanos de uso coletivo – não alcançaram todos os lugares da cidade, sobretudo os bairros situados nas regiões periféricas (ARRAIS, 2017, p. 21). Esse tipo de referência aos lugares também pode ser um indicativo da negligência por parte dos poderes públicos com relação ao planejamento urbano da cidade, onde áreas como as Rocas, espaços empobrecidos e habitados por grupos desfavorecidos economicamente, estavam às margens desses processos.

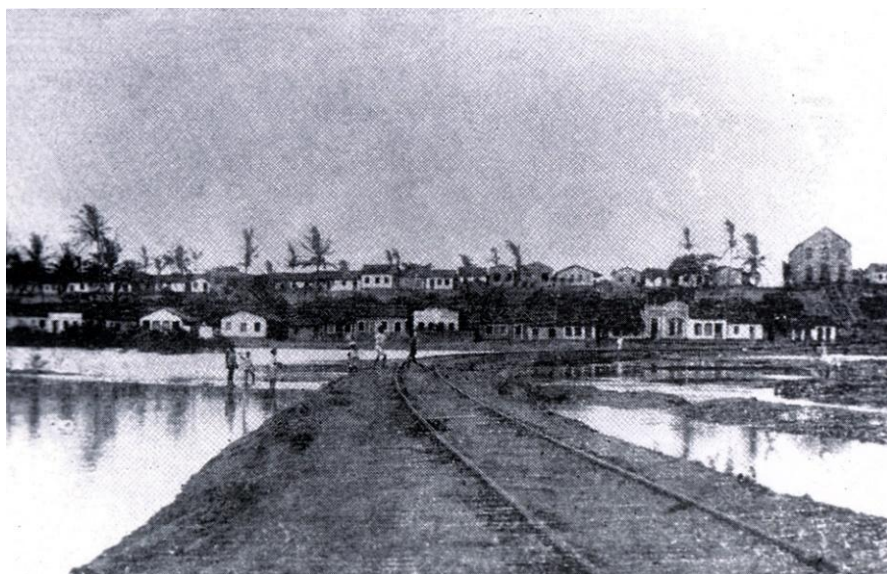
Negligência que foi apontada pelo médico Januário Cicco, em 1920, quando ele publicou seu estudo intitulado *Como se higienizaria Natal*, no qual afirmava que o saneamento das Rocas era uma ação que não apresentava tantas dificuldades por causa de sua topografia, onde bastava aterrar e nivelar o terreno com as próprias areias das colinas. Na verdade, o que esse médico considerava tarefa árdua era levar água tratada, em boas condições de uso para a população das Rocas. Se medidas higiênicas para o controle das doenças na cidade, sobretudo nas Rocas, fossem adotadas e implementadas de forma mais sistemática, a vida nessa parte da cidade se tornaria, conforme o médico, “menos transitória e mais compatível com os nossos créditos de gente que se diz civilizada” (CICCO, 1920, p. 22-24).

A obra de Januário Cicco também apresenta fotografias onde podemos perceber o que os seus produtores consideravam como os aspectos mais representativos das Rocas: as péssimas condições sanitárias, as áreas alagadas, as habitações rudimentares, as pessoas em contato direto com a lama. Ou seja, Rocas associada à doença e à miséria.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Figura 1 – Rocas, década de 1920.



Fonte: Acervo Jornal do Commercio.²

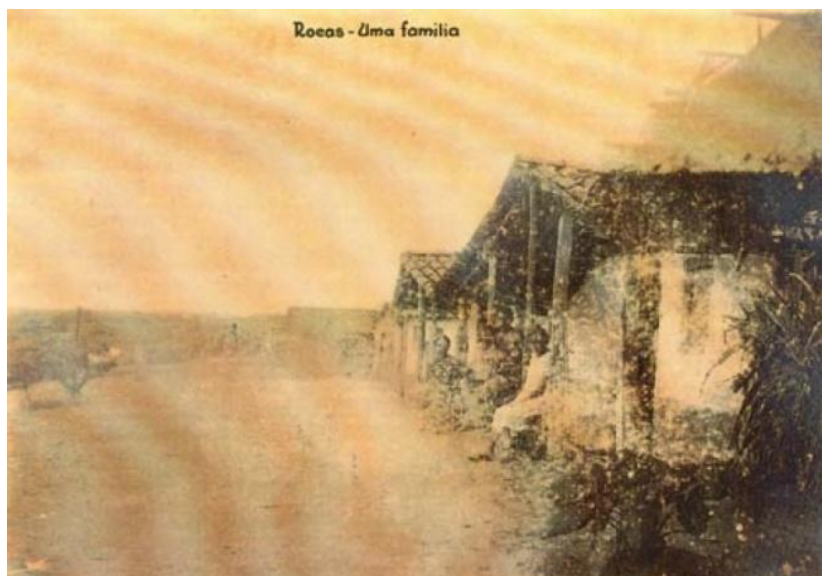
A fotografia, contudo, é o resultado de uma construção imaginária realizada pelo fotógrafo que, homem de seu tempo e inserido na sua própria sociedade, possui uma determinada forma de ver as coisas e o mundo. Ao selecionar um instante para fotografar (fragmento do real), ao mesmo tempo ele está invisibilizando outras tantas dimensões da realidade (MARTINS, 2008). Os registros fotográficos nos permitem acompanhar diferentes aspectos da realidade urbana, desde as características físicas dos bairros até elementos do cotidiano.

As imagens fotográficas, assim, nos ajudam a compreender o tipo de organização social e espacial de uma cidade ou de uma parte dela. Elas podem, inclusive, revelarem outros aspectos da cidade, da paisagem urbana, como foi constatado pelo pesquisador George Dantas, que, ao analisar o conjunto fotográfico presente no relatório da Comissão de Saneamento de Natal, de 1924, identificou uma outra cidade, diferente das representações oficiais e técnicas da época: a cidade

² Essa fotografia foi tratada e melhorada pelo grupo de pesquisa Os Espaços na Modernidade – UFRN.

dos operários, daqueles que viviam às margens do porto e das atividades portuárias (DANTAS, 2003, p. 112).

Figura 2 – Rocas: uma família (1924).



Fonte: Comissão de Saneamento de Natal, 1924.

A área das Rocas, além de ser representada como espaço de pobreza, também foi caracterizada como espaço do crime e do perigo, como a parte da cidade por onde ninguém queria passar por medo de sofrer algum tipo de violência. As descrições que o escritor e musicólogo Mario de Andrade fez das Rocas na sua passagem pela cidade de Natal, em 1928, bem como a de outros observadores da cidade, como o jornalista Silvino Lopes, em 1949, e o escritor Homero Homem, cujos contos tinham como pando fundo o cotidiano das Rocas, apontam para essa maneira de ver e dizer esse lugar.

Mário de Andrade, durante sua viagem etnográfica à região Nordeste, permaneceu no estado do Rio Grande do Norte do dia 14 de dezembro de 1928 a 27 de janeiro de 1929, período no qual viajou pelo interior do estado e andou bastante pela capital. Aos seus olhos, Natal era uma cidade encantadora pela sua simplicidade, por suas formas modestas e por apresentar um ar pitoresco familiar,

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

onde as casas tinham “aquela humanidade feliz de certos bairros burgueses de São Paulo” (ANDRADE, 1929).

Na sua passagem pelas Rocas, além dos aspectos relativos às tradições culturais, o “turista aprendiz” também observou a forma como esse lugar estava organizado socialmente, apontando questões relacionadas à sua infraestrutura urbana. Nas palavras dele, Rocas, por volta do ano de 1906, era o lugar onde se aglutinavam e se escondiam a maioria dos “facinorosos de Natal”; um lugar em que não se passava à noite devido ao seu alto índice de periculosidade. Quem se aventurava por ali, “saindo vivo, saía pelo menos sem uma orelha, ficada nas mãos de Dois de Paus, de Cancão de Fogo e outros salteadores praceanos”. Rocas era um “ninho de cangaceiros” em plena cidade de Natal.

Mário de Andrade, no entanto, também destacou que isso era coisa do passado e que “facínoras”, que antes tomavam conta da área, tinham perdido espaço para o morador humilde, trabalhador e “bem manso”. O lugar do crime, da violência e da morte, passou a ser visto como um lugar de pessoas de vida simples e humildes, dos trabalhadores, lugar também de vida pulsante, de cultura, onde a rua tinha vida e se podia ver e ouvir os sons de pandeiros, de tambores, de pessoas se chamando e se reunindo nas casas proletárias do Areal (ANDRADE, 1929, p. 6).

Vinte anos depois da visita de Mário de Andrade, o também escritor, jornalista e cronista pernambucano Silvino Lopes andou pelo bairro das Rocas, e também teceu alguns comentários. O texto, publicado no *Jornal Pequeno*, era uma espécie de carta aberta à João Café Filho, na época deputado estadual pelo Rio Grande do Norte. O cronista, que assinava com o pseudônimo de “O Grande Polegar”, destacou o fato dele ter ficado “maravilhado” com o que ele havia encontrado nas Rocas, local do nascimento político de Café Filho. Contudo, Silvino não fez questão de esconder sua curiosidade sobre o que ele chamou de “o primitivo

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

aspecto das Rocas”, “núcleo de população pobre”(JORNAL PEQUENO, 1949, p. 3).

A visita de Silvino Lopes ao bairro das Rocas foi conduzida por uma “guia”, esse que foi questionado por ele sobre como era a situação do bairro antigamente. Como resposta, o guia declarou que Rocas já tinha sido “mar de muita desordem e a nau do crime deslizava sobre a lama de onde brotavam as mais bonitas flores da degenerescência”.

Violência, crime, vícios e prostituição foram características ressaltadas pelo guia para representar essa Rocas de outrora, local “onde a baba dos bêbados e a gargalhada das prostitutas juntavam-se ao sangue das vítimas emboscadas”, onde “os malandros dos morros cariocas poderiam fazer um curso de aperfeiçoamento”, onde “a desordem era latente”, onde Baco e Mercúrio, os deuses da mitologia romana, “sapateavam na arena e os ébrios cantavam o triunfal da Sífilis”, onde “a fome se instalara confortavelmente”, onde os “miasmas dos corpos, miasmas dos trapos que envolviam os bêbados, miasmas da rua, onde só havia de puro o olhar manso, quase cristão, do vira-lata magro e rabugento que roía pedra sentindo nela gosto de osso”. Rocas, o “bairro lázaro, bairro bêbado, bairro bandido, bairro sangue, bairro canceroso, bairro prostituição, onde nem aos ossos viviam as cadelas humanas”, na descrição do guia, era o “sinônimo de inferno” (JORNAL PEQUENO, 1949, p. 3).

No romance “Cabra das Rocas”, de 1966 – que narra a história e o cotidiano do menino João Brás Bicudo, jovem morador desse bairro, filho e neto de marinheiro, que se submeteu a um exame de admissão para o Ateneu Norte-Rio-Grandense (instituição de ensino frequentada comumente pelos filhos da classe dominante da cidade de Natal), a fim de se tornar o primeiro menino das Rocas a ingressar nessa instituição, uma prática que, aos seus olhos, era proibida à sua gente – Homero Homem nos oferece um relato precioso sobre o modo de vida

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

e as representações culturais e socioespaciais dos moradores das Rocas, seus desafios, seus dramas e os contrastes sociais entre aqueles denominados de xarias e os canguleiros (HOMEM, 1988).

Com uma escrita envolvente e que nos faz percorrer de forma mais íntima as Rocas, Homero Homem partiu das impressões dos moradores para construir sua trama e dar corpo à sua narrativa, de forma que seu texto ressalta exatamente a diferença entre a produção da História *do* subúrbio e *no* subúrbio, apontada pelo sociólogo José de Souza Martins (MARTINS, 2002, p. 11).

Isso pode ser observado no momento em que o menino João Bicudo declarou que só quem poderia dizer e saber algo sobre as Rocas seria, de fato, quem realmente fosse ou tivesse sido morador de lá. Apenas eles, que sentiram o cheiro dos “miasmas de mangue putrefato”, “de restos de comida e detritos caseiros” que se espalhavam pelo ar, “destilando um odor insuportável e agressivo, de podridão fermentada a golpes de sol”, é que poderiam saber e dizer o que tinha sido “aquele paul” (HOMEM, 1988, p. 9).

João Bicudo, na sua descrição das Rocas, ressaltou a existência do que ele chamou de uma “era de pavor e sangue”, um período no qual se podia ver muitas rixas, nas quais “o cacete, a peixeira, a quicé afiada entravam (...) e resultavam sempre em cabeças partidas e barrigas vazadas”, de tal maneira que ver “sangue, miolo e fezes servindo de repasto às mutucas enormes, principais beneficiárias daquelas escaramuças” não era tão raro no bairro. Essa caracterização das Rocas remetia a um tempo pretérito, de antes do nascimento do menino João, que ele ficou sabendo mediante as histórias que outros moradores, os mais antigos, haviam lhe contado. Rocas, para o jovem canguleiro, não era mais daquele jeito.

Para João, essa Rocas de outrora havia ficado somente nas memórias dos mais velhos e, segundo ele, em alguns resquícios que o tempo não havia destruído por completo como nos “restos de casebre derreado”, num pedaço de ferradura

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

encravado na soleira de uma porta ou numa ou “outra fisionomia encanecida, de traços violentamente distorcidos pelo sabre recurvo de um cavalariano em disparada”, que nas madrugadas iam de encontro aos casebres numa fúria incontrolável, onde os gritos de homens, mulheres e crianças se misturavam aos relinchos dos cavalos, que juntos produziam o som da vingança, “vingança de xarias tomada à socapa, em plena madrugada, por seus esquadrões de sustentadores da lei” (HOMEM, 1988, p. 11).

Essas violências não ficavam sem resposta, pois juntavam-se pescadores, operários da fábrica de tecidos e catraieiros das docas contra essas batidas da polícia e saíam todos em luta nas esquinas, nos becos escuros, nas poças de água fedorenta. A caracterização dessa Rocas de “antigamente” nos permite identificar, em certa medida, alguns aspectos do imaginário urbano de parte da sociedade natalense sobre esse bairro. Um imaginário que se perpetua até os dias de hoje, desse lugar associado ao crime e ao perigo.

Em 2022, durante o período do Carnaval, surgiu pelas ruas da cidade de Natal, mais precisamente nas ruas do bairro das Rocas, um novo bloco de carnaval de rua. Uma notícia um tanto quanto comum, visto que esse bairro é popularmente reconhecido como um lugar de tradição carnavalesca e também como um dos berços da cultura popular na cidade. Contudo, o surgimento desse novo bloco provocou estranhamento e alvoroço na cidade. Batizado com o nome de “Bloco dos Detentos” ou “Bloco dos tornozelados”, sua principal característica estava na vestimenta de seus integrantes, que procuravam imitar o uniforme usado por aqueles que estavam sob a guarda do sistema penitenciário norte-rio-grandense, isto é, calções azuis e camisas brancas. Além disso, os foliões ainda faziam uso de objetos presos em seus tornozelos que remetiam às tornozeleiras eletrônicas.

A criação e o movimento produzido por esse bloco foram compreendidos por uma parcela da população como um ato de apologia ao crime e também como

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

uma maneira de intimidar a sociedade. Denúncias foram realizadas com base em alegações de que alguns foliões estariam portando e exibindo armas de fogo em meio ao cortejo. Essas denúncias, no entanto, foram verificadas pela Secretaria da Administração Penitenciária do Estado (SEAP), que acabou não constatando qualquer tipo de irregularidade envolvendo detentos do regime semiaberto portadores de tornozeleira eletrônica que estivessem no bairro das Rocas (AGORA RN, 2022).

No Carnaval do ano seguinte, o bloco abarrotou as ruas do bairro e provocou, novamente, alvoroço e polêmica pela cidade. Matheus Araújo, coordenador em Natal do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e também ligado ao partido Unidade Popular, afirmou por meio de suas redes sociais que o “Bloco dos Detentos” tinha sido criado justamente como uma forma de se contrapor às falas que associavam o bairro das Rocas ao lugar que “só tem bandido”. Em outras palavras, o chamado “Bloco dos Detentos” pode ser interpretado como um movimento social que busca ser, além de um instrumento de lazer e divertimento, uma ferramenta que denuncia o preconceito contra a periferia de um modo geral.

Essa forma de tratar e representar o bairro das Rocas, como vimos, não é recente. Pelo contrário, a percepção de que nesse bairro “só tem bandido” está relacionada a um longo processo histórico de produção socioespacial no Brasil que, de diferentes maneiras, estigmatizou, segregou e marginalizou nas cidades, áreas periféricas e suburbanas, bem como os grupos sociais que nelas viviam. O bairro das Rocas é apenas mais um, entre tantos outros locais, que ainda sofrem com o preconceito estrutural, fruto de um processo de urbanização desigual, que negou e nega o direito à cidade a uma boa parte da sociedade.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Considerações finais

Neste artigo, busquei evidenciar como os processos de urbanização e modernização da cidade Natal, ao longo das primeiras décadas do século XX, foram profundamente marcados por desigualdades socioespaciais. O exame desse processo revelou que bairros como a Ribeira, Cidade Alta e Cidade Nova (Petrópolis e Tirol), foram priorizados nos discursos e nas ações das classes dirigentes, enquanto áreas periféricas, como Rocas, Quintas e o Alecrim, foram relegados à margem, tanto do progresso quanto das intervenções urbanísticas mais significativas. Essa prática resultou em um “desenvolvimento geograficamente desigual”, onde a “homologia espaço-classe” se manifestou na divisão socioespacial da cidade (SOJA, 1999, p. 99 *apud* CARLOS, 2007, p. 47).

A análise do processo de produção socioespacial das Rocas expôs os limites e as fraturas do processo de urbanização e modernização de Natal, destacando uma outra face dessa modernidade ou, quem sabe, revelando a sua verdadeira face. As dinâmicas analisadas no texto evidenciam a segregação espacial e social que marcou e marca o bairro das Rocas, bem como ressaltam a forma como esse bairro foi sendo construído e moldado no imaginário urbano natalense.

Assim, esse estudo contribui para uma compreensão mais ampla dos impactos do processo de urbanização brasileiro sobre as populações pobres e mais vulneráveis, mostrando como a cidade de Natal foi concebida e moldada a partir de um processo excludente e desigual. Além disso, ao trazer à tona e questionar as formas como o bairro das Rocas foi representado ao longo desse período, esse artigo colabora para o entendimento das razões que estão por trás de certas desigualdades sociais e espaciais observáveis no presente da cidade de Natal, como estigmatização das Rocas como bairro perigoso e que “só tem bandido”.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mário de. O turista aprendiz. **Diário Nacional**, São Paulo, 31 de janeiro de 1929, p. 6.
- ANDRADE, Mário de. **O turista aprendiz**. **Diário Nacional**, São Paulo, 9 de janeiro, 1929.
- ARRAIS, Raimundo org. **A terra, os homens e os sonhos**: a cidade de natal no início do século XX. 1. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2017.
- ARRAIS, Raimundo. **Luís da Câmara Cascudo**: historiador da cidade de Natal. Natal: Sebo Vermelho, 2017.
- CAFÉ FILHO, João. **Do sindicato ao Catete**: memórias políticas e confissões humanas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação socioespacial. **Cidades**, v. 4, n. 6, 2007.
- DANTAS, Ana Caroline de C. L. **Sanitarismo e planejamento urbano**: a trajetória das propostas urbanísticas para Natal entre 1935 e 1969. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - DARQ/UFRN. Natal, 2003.
- DANTAS, Ana Caroline et al. “Uma cidade sem Planos?”: gestão e ações públicas em Natal (1939-1967). In: FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George (org). **Surge et ambula**: a construção de uma cidade moderna Natal, 1890-1940. Natal: Edufrn - Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.
- DANTAS, George A. F. **Linhas convulsas e tortuosas retificações**: Transformações urbanas em Natal nos anos 1920. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - EESC/USP. São Carlos, 2003.
- FABRIS, Annateresa. **Fragmentos urbanos**: representações culturais. São Paulo: Studio Nobel, 2000.
- HOMEM, Homero. **Cabra das Rocas**. 10. ed. São Paulo: Ática, 1988.
- IMPORTANTES MELHORAMENTOS no bairro das Rocas. **A Republica**, Natal, 21 de setembro de 1926.
- LUTEI, Eulina Pacheco, et al. As representações e o possível. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996, p. 88.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo, São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha**. 2. ed. São Paulo; ed. Hucitec, editora UNESP, 2002.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999, p. 9.

PINTO, Lauro. **Natal que eu vi**. Natal: Imprensa Universitária, 1971.

PLANO Geral de Sistematização de Natal. **Cigarra**, Natal, ano II, n.5, 1929.

POLEGAR, O Grande. Bota de 7 léguas. **Jornal Pequeno**, Recife, 10 de agosto de 1949, p. 3.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In.: **Cidade, povo e nação** [recurso eletrônico]: gênese do urbanismo moderno. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Robert Pechman (orgs). – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: INCT, 2015.

SUBTENENTE Eliabe sobre bloco dos tornozelados nas Rocas: “Apologia ao crime”. **Agora RN**, Natal, 4 de março de 2022. Disponível em < <https://agorarn.com.br/ultimas/subtenente-eliabe-sobre-bloco-dos-tornozelados-nas-rocas-apologia-ao-crime/> > acesso em 24/11/2023.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade